

Tupandi escolherá novo Prefeito

Eleição divide mais do que a para Presidente

PORTO ALEGRE — A disputa eleitoral mais acirrada no próximo dia 17 de dezembro, na cidade gaúcha de Tupandi, que fica a 80 quilômetros de Porto Alegre, não deverá ser a entre o PRN e o PT, como em todo o Brasil. Deverá ser entre a Frente Liberal (PDS-PFL) e o PMDB, depois de mais de um ano de briga outra vez para conquistar a Prefeitura do recém criado Município. É que a primeira Prefeita de Tupandi, Cecília Junges, foi cassada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Sul, em consequência de uma ação judicial imputada pelo PMDB, que contestou o fato de que Cecília é mulher de Hilário Junges, o ex-Prefeito de Bom Princípio, cidade da qual o novo Município se emancipara.

A campanha eleitoral para a Prefeitura somente deve iniciar esta semana, com a chegada ao Município do material de propaganda encomendado pelos dois candidatos: Pedro Schaedler, da Frente Liberal (PFL- PDS) e Guido Kercher (PMDB). Curiosamente, os dois candidatos desta eleição concorreram a Vice-Prefeito

de Tupandi, na eleição do ano passado. E, agora, nesta eleição, os seis mil moradores do Município estão se dividindo em opositores e defensores de Cecília Junges.

A campanha de Pedro Schaedler se baseia quase que exclusivamente na promessa de continuar os projetos desenvolvidos pela Prefeita cassada. Estratégia inversa tem Guido Kercher, embora ele mesmo reconheça que tem poucas chances de vitória — na eleição passada seu Partido obteve apenas 10 por cento dos votos e possui só 80 filiados no Município. Ele tem insistido em ataques e críticas à Frente Liberal e à administração de Cecília Junges. Mesmo que não vença, Guido Kercher já se declara satisfeito por ter pelo menos denunciado as supostas irregularidades da Frente Liberal, quando esteve no Poder.

No episódio de cassação de Cecília, a estratégia do PMDB acabou por se revelar um fracasso: a idéia de ingressar com o pedido de cassação somente após a eleição se baseava na tese de que o TRE deveria dar posse ao segundo colocado, no caso o candidato do próprio PMDB. Mas o TRE não aceitou esta argumentação e marcou nova eleição.

